

Estudos Técnicos – Agosto/2017

As Transferências Constitucionais e a dependência dos entes

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulgou ontem dia 07/08 o Boletim Balanço em Foco, que traz a análise dos principais dados do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) referente a informações de 2016. O documento mostra a elevado dependência de Estados e Municípios em relação às transferências constitucionais.

De acordo com o Boletim em 81,98% dos municípios brasileiros, as transferências federais e estaduais responderam por mais de 75% da receita orçamentária do ano passado.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), vem esclarecer alguns pontos que julga serem importantes para informar a sociedade, existem no Brasil 5.568 municípios e mais 2 distritos (Brasília e Fernando de Noronha), destes 4.931 (88%) tem até 49.999 habitantes, ou seja, cidades de porte pequeno. Na nossa constituição federal de 1988, foi atribuído aos municípios a competência de tributar impostos, taxas e contribuições de base urbana, tanto o ISS, ITBI, IPTU e as taxas tem como fato gerador a área urbana das cidades, e nestes locais são pequenos. A grande maioria das cidades brasileiras tem sua economia e sua população vivendo na área rural, local aonde os municípios não tem competência para tributar. Recente estudo publicado este mês pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que somos sobretudo rurais no Brasil.

As transferências intergovernamentais estão previstas na Constituição Federal de 1988, e não são favor dos entes maiores para os menores e sim uma obrigação constitucional. A CNM divulga anualmente um estudo sobre a Receita Disponível entre os três entes da federação, após as transferências, indicando que a União fica com 50% da arrecadação, os Estados com 31% e os Municípios com 19% de todo o bolo tributário nacional.

Outra informação interessante no estudo divulgado ontem pela STN, indica que os gastos principais do conjunto dos Municípios são nas áreas de Educação e Saúde, ou seja, em serviços prestados à população, enquanto que os principais gastos da União e dos Estados são em pagamentos de dívidas e amortizações, podemos perceber que o “estado” brasileiro se resume aos municípios que apesar de terem a menor fatia dos recursos nacionais, são os que investem e atendem suas comunidades. A CNM vem há muitos anos dizendo isto, que temos que rever o tão

propagado “pacto federativo” deste país, e que os recursos tem que ser alocados nas cidades que são efetivamente o braço executor de todas as políticas públicas.

Estudos como este divulgado ontem pela STN, abrem uma perspectiva real sobre como é estruturado os orçamentos públicos, e com eles pode-se ter uma noção correta das receitas de cada um e o mais importante das despesas de cada ente, isso é muito importante para que possamos entender a grande dificuldade por que passam nossos municípios hoje em dia e o quanto é fundamental rever nossa concepção de estado centralizador que vivenciamos atualmente. Enquanto não for entendido que devemos alocar os recursos no poder local continuaremos vivendo esta dificuldade diariamente nas nossas cidades.